

# Estudo quer políticas públicas para uso de cannabis medicinal

28 de abril de 2025



*O projeto é fruto da parceria entre o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e a Associação de Terapia e Harmonia Canábica (Semear).*

Foi entregue nesta quinta-feira, no auditório do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o relatório final do projeto "Mapeamento de demanda para acesso à cannabis medicinal em Maringá: subsídios para elaboração de política pública municipal de saúde".

O estudo é fruto de uma parceria entre o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e a Associação de Terapia e Harmonia Canábica (Semear).

O objetivo do projeto é identificar o perfil de pacientes e os obstáculos enfrentados no acesso à cannabis medicinal na Cidade. O documento, que agora será disponibilizado publicamente na internet, pretende subsidiar a criação de políticas públicas voltadas ao uso terapêutico do fitoterápico no município.

Durante a cerimônia, o relatório foi entregue a representantes do poder público, conselhos municipais, comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil.

Em sua fala, o reitor destacou o papel da universidade na promoção de políticas públicas. "A universidade precisa quebrar barreiras e apresentar instrumentos que promovam políticas públicas em prol daqueles que mais precisam", afirmou. Ele também colocou a UEM à disposição para avançar no debate.

O pró-reitor Rafael da Silva ressaltou que o projeto representa a integração entre universidade e sociedade. "Não há como pensar em extensão universitária sem diálogo com as demandas sociais

e sem articulação com o poder público”, pontuou.

De acordo com Camila Laver, da Semear, apenas 14% dos usuários de cannabis medicinal em Maringá recebem acompanhamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, de acordo com a pesquisa, 70% dos usuários não têm acesso regular à medicação por causa do custo, e 48% a utilizam para tratamento de transtornos de saúde mental. Segundo Laver, os dados reforçam a necessidade de políticas públicas que garantam acesso seguro e democrático ao tratamento. “Com a regulação adequada, o município pode inclusive reduzir gastos com outros medicamentos”, destacou.

Coordenador do projeto, Éder Gimenes frisou o caráter interdisciplinar da pesquisa e o compromisso da universidade com demandas sociais. “Projetos como este conectam ensino, pesquisa e extensão com a realidade da população”, afirmou.

As próximas etapas do projeto incluem a divulgação ampla dos resultados e o encaminhamento das propostas para instâncias do poder público municipal.

Da Redação

Foto – Reprodução

COMPARTILHE:

---

---

